

**ATOS DA COMISSÃO DO VI CONCURSO PARA INGRESSO
NA CARREIRA DA DEFENSORIA PÚBLICA**

AVISO

A Comissão do VI Concurso Público para ingresso na carreira da Defensoria Pública comunica que foi prolatada decisão na Ação Civil Pública n.º 0350062-65.2010.8.13.0024, proposta pelo Ministério Público em face do Estado de Minas Gerais.

Analisando o pedido de provimento antecipatório, a MM. Juíza:

a) rejeitou o argumento de que a atribuição do total dos pontos da questão 02 da prova de Direito Constitucional se deu em frontal prejuízo da efetiva avaliação dos candidatos e ferindo o princípio da isonomia, sob o entendimento de que não se pode ter por ilegal, despropositada ou desarrazoada a solução dada à situação, a qual se mostrou correta, e veio em benefício de todos;

b) rejeitou o argumento de que o sigilo quanto à divulgação da banca examinadora inquina de nulidade o concurso público, sob o entendimento de que a publicidade imprescindível diz respeito ao acesso às provas, forma e correção; que o conteúdo programático esteja de acordo com o edital e que, com isso, o candidato possa exercer seu direito de recurso;

c) rejeitou o argumento de que orientações diferenciadas pelos fiscais das provas caracterizem nulidade para inquirar o concurso público, sob o entendimento de que a segurança jurídica do concurso foi preservada, na medida em que as provas identificadas não foram aceitas;

d) rejeitou o argumento de que houve alteração de critério na correção da prova de Direito Processual Civil, em detrimento dos candidatos que não recorreram, sob o entendimento de que cada candidato prejudicado deveria postular sua pretensão, e que a alteração da resposta para os candidatos que recorreram é o posicionamento correto, porque não seria o caso de anular a questão;

e) finalmente, entendendo que somente houve alteração do critério classificatório para a prova oral, que interferiu no concurso, concluiu que é perfeitamente possível que se aproveitem as fases, decidindo nos seguintes termos: “DEFIRO EM PARTE a tutela antecipada, requerida pelo Ministério Público para SUSPENDER a realização da prova oral e determinar que o Estado de Minas Gerais no prazo de 60 (sessenta dias) proceda a nova convocação dos candidatos para a referida etapa, observando o critério anteriormente adotado para a aprovação dos candidatos para a fase oral, qual seja o somatório das notas da 1ª e da 2ª (...)”.

A Defensoria Pública tomará as providências cabíveis tão logo seja regularmente intimada da decisão.

Os candidatos serão comunicados oportunamente, em ato próprio, sobre as providências a tomar.

Belo Horizonte, 10 de março de 2010.

Jeanne Pereira Barbosa

Presidente da Comissão de Concurso em exercício

Wellerson Eduardo da Silva Corrêa

Secretário da Comissão de Concurso